

LEI Nº. 1.323, DE 29 DE ABRIL DE 1991.

Dispõe sobre o transporte coletivo gratuito de aposentados, idosos e deficientes e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ, ESTADO DE MINAS GERAIS, considerando o disposto no artigo 72, §§ 1º e 9º, da Lei Orgânica do Município, de 21.3.1990, combinado com o disposto no artigo 45, inciso I, alínea "m", da Resolução 164, de 6.11.1990, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, em seu nome, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É assegurado ao aposentado, ao idoso e ao deficiente físico de qualquer natureza, gratuidade no transporte coletivo municipal urbano ou rural.

§ 1º A garantia definida no artigo se aplica às pessoas acima de 65 (sessenta e cinco) anos, ao aposentado por qualquer motivo e ao deficiente independentemente de idade.

§ 2º Equiparam-se ao aposentado para os efeitos desta Lei, os que recebam o benefício da pensão.

Art. 2º Compete a Secretaria Municipal de Transporte o regular cadastramento dos idosos, aposentados e deficientes, com a confecção e distribuição da Carteira de Transporte Gratuito, nos termos do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Os serviços de cadastramento das pessoas de que trata este artigo e a confecção e distribuição da carteira de transporte gratuito independem de qualquer pagamento de taxas ou emolumentos.

Art. 3º O cadastramento de que trata o artigo anterior será realizado mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - duas fotos 3x4;

II - carteira de identidade ou certidão de nascimento;

III - carteira de trabalho e previdência social;

IV - atestado ou declaração médica ou de estabelecimento clínico ou hospitalar, devidamente registrado, em que se comprove a situação física e mental do requerente;

V - demais documentos solicitados pela Secretaria Municipal de Transporte.

Art. 4º Entende-se por transporte coletivo municipal, para os efeitos desta Lei, o executado mediante concessão do Poder Concedente do Município e o transporte coletivo urbano de qualquer espécie ou natureza, excluído os de veículos de aluguel.

Art. 5º A garantia definida no artigo 1º desta Lei implica na imediata revisão das tarifas pelo Poder Concedente Municipal, com a consequente alteração contratual, tendo em vista a justa remuneração do capital da concessionária.

Art. 6º É obrigatória a posse e a exibição ao motorista ou trocador da CTG - Carteira de Transporte Gratuito -, quando do uso de qualquer meio de transporte coletivo municipal.

Art. 7º Fica delegada a Secretaria Municipal de Transporte a competência legal para praticar todos os atos e providências que se fizerem necessárias à implantação, supervisão e operação do estabelecido nesta Lei, nos seus aspectos administrativos e operacionais.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Unaí (MG), 29 abril de 1991.

VEREADOR ROSIVAL FRANCISCO DE OLIVEIRA
Presidente